

**PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS
REALIZADA VIRTUALMENTE EM 18 DE SETEMBRO/2021****RESOLUÇÃO DA PLENÁRIA DA FENASPS**

Os(as) delegados(as) presentes na Plenária da FENASPS realizada no dia 18 de setembro de 2021 aprovam resolução de fortalecer a luta contra os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo: retirada de direitos, desemprego, miséria, que aflige milhões de brasileiros (as), que estão passando fome.

Os(as) servidores(as) públicos(as), sob intenso ataque contra suas conquistas e direitos, estão há cinco anos com salários congelados, trabalhando sob péssimas condições de trabalho, com cobranças de metas abusivas, grande parcela em trabalho remoto, sem receber nenhuma contrapartida.

A direção do INSS, sem respostas às reivindicações da categoria, usou o BMOB oferecendo a mentira que de haveria Carreira de Estado, mas até a presente data não cumpriu o Acordo de Greve de 2015, nem a Lei nº 13.324/2016, que determina a criação de Comitê Gestor, nem sequer debateu a jornada de trabalho.

Diante dos ataques, é urgente unificar a luta para derrotar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32, a chamada 'reforma administrativa', aprovando as seguintes resoluções:

1. A FENASPS deverá lutar pela jornada de 30 horas semanais, lutando sem tréguas em defesa desta jornada. Exigir a revogação imediata das portarias 1345 e 1347;
2. Exigir cumprimento do Acordo de Greve de 2015 e a realização Concurso Público. A FENASPS deve reafirmar a posição do FONASEFE, para ser contra qualquer emenda na PEC 32, seja para Carreira ou benefícios individuais e setoriais;
3. Cobrar do presidente do INSS que apresente a proposta do INSS sobre Carreira;
4. Exigir imediata regulamentação do Comitê Gestor da carreira do Seguro Social, conforme estabelece o artigo 21 da Lei nº 13.324/16;
5. Organizar Comissão de Mobilização com representantes dos Estados para organizar as ações do próximo período;
6. Que os sindicatos filiados respeitem a organização e autonomia dos demais sindicatos, suas assembleias e demais atividades e processo de escolha dos seus fóruns federais;
7. Buscar junto ao Ministério da Saúde o debate sobre carreira e cobrar, da mesma forma que no INSS, a formação do Comitê Gestor de carreiras junto ao Ministério da Economia.
8. Orientar os (as) servidores para manter o ESTADO DE GREVE e intensificar a mobilização em todos os locais de trabalho e convocar a categoria em trabalho remoto ao debate;
9. ESTADO DE GREVE contra os ataques aos direitos; Manutenção da jornada de trabalho de 30 horas; Melhores condições de trabalho e concurso público;

10. Fortalecer as atividades do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) e entidades estaduais em defesa do Serviço Público e CONTRA A PEC 32 ('REFORMA ADMINISTRATIVA');
11. Retomar Campanha em Defesa da Jornada de 30 horas para toda categoria, atualizando o documento elaborado pela Assessoria Jurídica da Fenasps (ASSEJUR);
12. Reenviar o documento ofício ao INSS requerendo o cumprimento do Acordo de Greve de 2015, regulamentando o Comitê Gestor de Carreira;
13. Realizar debate com Assessoria Jurídica (ASSEJUR) sobre os aspectos da Carreira;
14. Cobrar do INSS melhores condições de trabalho e Saúde do Trabalhador;
15. Realizar Encontro Virtual com ASSEJUR para debater as questões do plano de Carreiras do Estado Brasileiro;
16. Lutar pela Carreira Típica de Estado (reconhecimento das nossas atividades como exclusivas de estado e modernização da carreira, com atualização das atribuições dos cargos e NS para o TSS);
17. Reajuste Salarial (nova estrutura remuneratória e implantação de Adicional de qualificação);
18. Exigir do governo Condições de Trabalho (sistemas, rede lógica, equipamentos de informática modernos, alteração do sistema de pontuação, reversão das metas punitivas);
19. Manutenção dos Direitos Conquistados (defesa das 30h, Comitê Gestor da Carreira), continuar a luta pela realização imediata de Concurso Público, fim das terceirizações no INSS;
20. Indicar aos estados para que continuem a realizar reuniões nos locais de trabalho e virtualmente para discutir o indicativo de greve;
21. Indicar ao conjunto dos servidores(as) do INSS para continuarem cumprindo a Jornada de 30 horas, preparando a Greve Geral a partir de outubro como último recurso da mobilização, se não forem revertidas às consequências das Portarias 1345 e 1347/2021 e abertura de negociação da pauta de reivindicações já entregue ao Ministério da Economia;
22. Reiterar orientação à categoria para os(as) servidores(as) saírem dos Programas de Gestão como forma de pressão ao governo no atendimento das reivindicações. (Vale dizer que ainda tem os colegas que, por outros motivos, não poderão se desfiliar dos programas de gestão, colegas com 60 anos ou mais, filhos em idade escolar, dentre outras razões);
23. Realizar reuniões, presenciais ou virtuais, por locais de trabalho convocando os(as) servidores(as) que estão em trabalho remoto para contribuírem no debate e construir juntos a Greve para reversão dos ataques do governo;
24. Indicar aos estados a Organização do Comando de Mobilização com representantes dos locais de trabalho, que será transformado nos estados em Comando de Greve, quando for deflagrado o movimento paredista;
25. Lançar Campanha em Defesa das 30 horas; apresentar proposta à Direção do INSS para adoção do Turno Ininterrupto com base no Decreto 1590/95, possibilitando a manutenção da jornada de 30 horas e preservar a saúde dos servidores e manter atendimento à população;
26. Exigir melhorias das condições de trabalho dos(as) servidores(as), implantação do banco de pontos, elaboração de melhores fluxos das subtarefas, criação de sistema para tira-dúvidas e capacitação na perspectiva construtiva e não punitiva. Além de aumento da velocidade de internet nas unidades do INSS;

27. Fortalecer a luta contra a PEC 32 – Contrarreforma Administrativa;
28. Exigir do governo melhores condições de trabalho, com indenização dos custos operacionais do Trabalho Remoto ou Teletrabalho, tais como ajuda de custo com eletricidade, internet, mobiliário, computadores, dentre outras necessidades técnicas para desempenho das atividades;
29. Construir mobilizações alternativas à deflagração de greve nos moldes tradicionais, tais como paralisações, redução da produção, operação-tartaruga, dentre outras, que permita a mobilização dos(as) servidores(as), em esquema de paralisação semanal, aumentando os dias das paralisações gradativamente por semana;
30. Construir mobilizações na internet, redes sociais e outras formas alternativas para pressionar a direção do INSS;
31. Continuar cobrança do governo para realização de Concurso Público para repor as 23 mil vacâncias no INSS;
32. Indicação de pauta para Greve:
 - a. Manutenção das 30 Horas de Trabalho;
 - b. Melhores Condições de Trabalho;
 - c. Reposição Salarial;
 - d. Ajuda de custo para o Semipresencial e Teletrabalho;
 - e. Cumprimento do Acordo da Greve 2015.
33. Ampliar a mobilização dos servidores(as) em grupos e redes sociais, inclusive com os gestores das agências, com o objetivo de fortalecer a mobilização e contribuir na adesão dos servidores nos eventos:
 - a. Interagir com os usuários visando esclarecer o prejuízo da população com a reforma administrativa e outras medidas do Governo que prejudicam o atendimento nas agências;
 - b. Relacionar contatos de outras categorias para somar forças;
 - c. Ocupar espaço na mídia como rádio, jornal e TV;
 - d. Indicar aos estados formar uma comissão para visita aos locais de trabalho;
 - e. Dar visibilidade das consequências das Portarias e da reforma administrativa junto à OAB e ao Ministério Público;
 - f. Indicar aos estados elaborar nota à categoria e a população explicando os motivos do movimento;
 - g. Fazer "twittaço" contra o fim do REAT;
 - h. Estado de Greve virtual com ações pontuais como operação-tartaruga, paralisações temporárias até o dia 30 de setembro;
 - i. Incluir na pauta de reivindicações a criação da carreira típica de estado para os servidores do INSS.
 - j. Indicar aos estados criação de fórum estadual em defesa da Previdência Social;
34. Filômetro: procurar a imprensa para usar a imensa fila virtual contra o governo (assim como a mídia denunciou a falta de política contra a Covid pela gestão do Ministério da Saúde, do governo). Unir a denúncia do FILÔMETRO com a luta por CONCURSO PÚBLICO;
35. Não à exclusividade do digital! A população tem direito ao atendimento presencial para tanto e o turno estendido de 30 horas possibilita este atendimento!
36. Como forma de pressão, indignação e ainda querendo as melhorias das condições de trabalho, indica-se desligamento em massa dos programas de gestão e retorno ao atendimento presencial, com respeito às situações de risco, como convívio com pessoas em situação de risco ou que necessitem de cuidados especiais, e somente com a

- imunização completa contra a Covid-19. Se por ventura o servidor não conseguir se desligar dos programas de gestão que, ao menos, reduza em até 20% a sua produção;
37. COLOCAR FAIXAS E CARTAZES NAS GEX E APS denunciando a quantidade de requerimentos aguardando análise e a quantidade de trabalhadores disponíveis para analisá-los;
 38. Fazer esclarecimento à população sobre o movimento para trazê-la como aliada na luta em defesa do INSS (*"agências fechadaspovo se humilhando nas portas"*). O atendimento presencial ao segurado não pode ser automatizado, a defesa do atendimento na agência é garantia de um futuro para a Previdência Social e para nossa carreira. Também é o referencial para limitar abusos nos programas de gestão;
 39. A defesa das 30h para todos no presencial, com metas proporcionais às 30h para quem está nos programas de gestão (realizar discussão com ASSEJUR);
 40. Denunciar para todos os(as) trabalhadores(as) do INSS a farsa da trégua de três meses, apresentada pelo Presidente do INSS. Neste tempo, temos que acabar com as ilusões, mobilizar os trabalhadores e esclarecer a população sobre os desmontes no INSS e motivo da luta;
 41. Realizar abaixo-assinado para que os segurados apoiem o retorno do atendimento nas agências;
 42. Que a Fenasps continue cobrando do governo cumprimento da pauta de reivindicação e exigir a data-base anual, porque garantindo-a, conseqüentemente garante o reajuste anual para ativos e aposentados em geral com paridade;
 43. Que a Fenasps instale GTs Nacionais com participação da direção e da base, estados na proporcionalidade das chapas.
 44. Luta e resgate da Seguridade Social.
 45. Defesa do Serviço Social na Previdência;
 46. Reestruturação da carreira e classificação como carreira de Estado;
 47. Revisão das metas;
 48. Carta-compromisso dos servidores nos programas se comprometendo a se desligarem caso nossas reivindicações não sejam cumpridas;
 49. Criação de um fórum virtual para organização e aprofundamento das pautas de luta a serem escolhidas pela categoria e debate sobre a melhor forma de mobilizar a classe;
 50. Buscar apoio junto ao Ministério Público, OAB, dentre outras entidades públicas e representativas de classe contra a aprovação da PEC 32;
 51. Denúncias junto ao MP, além de conscientização da sociedade, acerca da real situação do INSS;
 52. Que a Fenasps solicite uma audiência com o ministro da Saúde para discutir a situação dos hospitais federais do Rio de Janeiro, em especial o hospital de Bonsucesso, na questão do RH e da reabertura depois do incêndio ocorrido em outubro de 2020;
 53. Que a Fenasps leve aos sindicatos filiados a indicação de que futuras Plenárias Nacionais sejam abertas a cadastro prévio de observadores, respeitando a abrangência da base dos sindicatos estaduais;
 54. Indicar ao conjunto de servidores da categoria participação dos atos de rua junto a todos os servidores municipais, estaduais e federais para colocar Fora Bolsonaro e Mourão. Não adianta sermos carreira de Estado e ver o Estado Mínimo e sucateado. Priorizar a luta pela derrubada da PEC 32, garantir concurso público para todas as contratações pelo Estado e depois discutir a questão da carreira típica de estado.

55. Reabertura das Agências do INSS para que haja atendimento humanizado a todos os cidadãos por servidores e manutenção das 30h. A forma em que se estrutura o INSS Digital já está privatizando o acesso aos benefícios e serviços da Previdência Social;
56. Pela continuidade dos Encontros dos Servidores do INSS!
57. Indicar aos sindicatos proposta de realizar cursos de formação sindical.

Moções aprovadas

Moção de Repúdio ao secretário municipal de Saúde de Ribeirão Preto/SP

A Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), após ampla discussão e por deliberação da Plenária Nacional realizada em 18 de setembro de 2021 repudia ações do secretário municipal da Saúde de Ribeirão Preto, Sr Sandro Scarpelini (médico), e do Prefeito de Ribeirão Preto/SP, Sr Antônio Duarte Nogueira Filho (PSDB), que decretou o Fechamento da UBDS Central, uma unidade de Saúde 24 horas na qual funcionava o Pronto Socorro Central, para que fosse instalado no local o IV Centro de Atenção Psicossocial (CAPS IV), totalmente terceirizado.

Defendemos a ampliação dos serviços de Saúde Mental, mas sem o fechamento do Pronto Socorro Central, que é um serviço de saúde estratégico e importante para os usuários dos serviços de Saúde para todos os moradores de Ribeirão Preto e região.

Para a criação do CAPS IV, será usada verba federal, vinda de emenda do Deputado Federal Ivan Valente (Psol), que certamente quando solicitara a verba, não a indicou para criação de um Serviço de Saúde terceirizado.

Encaminhar esta moção ao CNS, ao CES de SP, ao CMS de Ribeirão Preto, ao gabinete do Deputado Federal Ivan Valente.

Moção de repúdio ao prefeito de Jahu/SP

A FENASPS, Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, após ampla discussão, por deliberação da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais da Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social, REPUDIA veemente a atitude do prefeito da cidade de Jahu, IVAN CASSARO, pela demissão da servidora municipal, professora CRISTIANE BANHOL.

O motivo da demissão foi a sua luta sanitária em plena Pandemia da COVID-19, pela proteção dos profissionais e usuários das Unidades Básicas de Saúde no município, questionando a falta, ou quantidade e orientação inadequadas para o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) nestas unidades no início da pandemia, que poderiam aumentar os riscos de contágio, quando os profissionais da saúde representavam cerca de 60% das contaminações no país.

Entendemos que a demissão tem o caráter político ao punir a professora por trazer à tona uma discussão sobre saúde pública que se dá em todo o país, caráter este aprofundado pela dupla punição, visto que a servidora já cumpriu, pela mesma injusta acusação, uma suspensão de 15 dias, e todos os prejuízos provenientes da mesma. Portanto, a mesma deve ser reintegrada, com todas as reparações administrativas ou judiciais.

Brasília, 18 de setembro de 2021
Secretaria de Organização da FENASPS